



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23422.009214/2020-60.

1 DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa(s) especializada(s) na fabricação e instalação de gradis e portões em malha de aço galvanizado, para proteção externa dos dormitórios, nos Blocos de Alojamentos A, B e E; Cobertura em estrutura metálica com calhas e telhamento em chapas de policarbonato alveolar a serem instaladas sobre o pergolado e pátio de serviços do Centro de Convivência e esquadrias em alumínio para fechamento das circulações das escadas nos Blocos de Alojamentos A, B e E, todas edificações que compõem o complexo do Alojamento Estudantil, situado no Campus Integração da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, localizado na Avenida Tancredo Neves, 3147, Bairro Porto Belo, cidade de Foz do Iguaçu. conforme especificações técnicas contidas no ANEXOS I.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

SECRETARIA DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS

DEPARTAMENTO DE PROJETOS E PLANEJAMENTO

Local: Campus Integração - Complexo Alojamento Estudantil, Avenida Tancredo Neves, 3147, Porto Belo, cidade de Foz do Iguaçu.

GRUPO 01:						
Gradis e portões em malha de aço galvanizado e Coberturas em estruturas metálicas com telhamento em chapas de policarbonato alveolar						
GRUPO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	CAT-SERV	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
GRUPO 01	ITEM 01	Fabricação e Instalação de Gradis de proteção externa nos Blocos de Alojamentos A, B e E, em estrutura de aço e tela pré-fabricada, em malha 50x200mm e diâmetro do arame de 5mm, com modulação de 2,50 m e 2,03 m de altura, reforçados com aço e pintura eletrostática em poliéster na cor branca, conformados em curvaturas "V". A Seção dos postes de sustentação deverá ser 70x70mm, espessura 1,55 mm, fornecidos em kits completos (painéis + postes + acessórios de fixação). Os postes deverão ter sua base chumbada (para concretagem) e pintura eletrostática na cor branca.	18406	1,00	45.155,82	45.155,82
	TOTAL (ITEM 01):					45.155,82
	ITEM 02	Fabricação e Instalação de Coberturas em estrutura metálica e telhamento em chapas de policarbonato, no pergolado e no pátio de serviços do Centro de Convivência. As estruturas metálicas deverão ser fabricadas em arco duplo, com tubos de aço galvanizado 3/4", com fechamento em chapa de policarbonato alveolar cristal 2,10x6,00m de espessura 6mm, com provimento de calhas em ambas laterais da cobertura, tubos de 100mm de diâmetro para escoamento da água das calhas. A estrutura metálica deverá ter acabamento em pintura eletrostática na cor branca.	17809	1,00	74.962,54	74.962,54
	TOTAL (ITEM 02):					74.962,54
	TOTAL (GRUPO 01):					120.118,36

ITEM 03:
Esquadrias em Alumínio

Página 1 de 30



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

ITEM 03	Fabricação e Instalação de esquadrias em perfis de liga de alumínio extrudado, apropriado para anodização, nas seguintes quantidades e dimensões: J01 (250x220cm) 03 unidades; J02 (250x156cm) 03 unidades; J03 (250x182cm) 03 unidades e J04 (250x317cm) 03 unidades, com espessuras dos perfis de 20 mm, 25 mm ou 32 mm, dependendo da recomendação do fabricante para a dimensão da esquadria, das linhas Inova, Master ou Gold da marca da "ALCOA", ou similar equivalente, com pintura eletrostática na cor branca, com vidros temperados e incolores 6mm. Incluem serviços complementares para a instalação das esquadrias e acabamentos de paredes (conforme indicado nos projetos em anexo)	15814	1,00	39.830,25	39.830,25
TOTAL (GRUPO 1 E ITEM 03):					159.948,61

1.2 Em regra, conforme § 1º do Art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

1.2.1 O disposto, no entanto, não se aplica na presente demanda, sendo necessário o agrupamento de alguns itens por tipos de serviços correspondentes a tipos de fornecedores. Assim, afasta-se o caráter de parcelamento, conforme agrupamento acima.

1.3 Os itens acima tiveram quantitativos e valores levantados conforme a tabela abaixo, cuja fonte é a SINAPI sem desoneração – Ref. Outubro/2020:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

SECRETARIA DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS

DEPARTAMENTO DE PROJETOS E PLANEJAMENTO

Local: Campus Integração - Complexo Alojamento Estudantil, Avenida Tancredo Neves, 3147, Porto Belo, cidade de Foz do Iguaçu.				
GRUPO 01: Gradis e portões em malha de aço galvanizado e Coberturas em estruturas metálicas com telhamento em chapas de policarbonato alveolar				
DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
GRADIS DE PROTEÇÃO AOS BLOCOS DE ALOJAMENTOS A, B, E				
GRADIL DE ARAME - ALTURA H=203CM	M	94,9800000	364,54	34.624,00
CONCRETO FCK = 25MPA, FIXAÇÃO	M3	1,4560000	409,80	596,66
DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO INTERTRAVADO (PAVER), FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO.	M2	4,1600000	16,03	66,68
PG - PORTA DE GRADIL COMPLETO	UN	6,0000000	1.622,34	9.734,04
ESCAVAÇÃO MANUAL	M3	1,4560000	92,34	134,44
TOTAL (ITEM 01):				45.155,82



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

COBERTURA DO PERGOLADO E PÁTIO DE SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA				
ESTRUTURA E COBERTURA DE POLICARBONATO	M2	232,6250000	315,79	73.460,64
TUBOS DE PVC, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM	M	23,0000000	65,30	1.501,90
TOTAL (ITEM 02):				74.962,54
TOTAL (GRUPO 01):				120.118,36
ITEM 03				
Esquadrias em Alumínio				
DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
ESQUADRIAS FECHAMENTO ESCADAS - BLOCOS A, B, E				
JANELA J01 - 250X220CM	UN	3,0000000	2.389,57	7.168,71
JANELA J02 - 250X156CM	UN	3,0000000	1.815,32	5.445,96
JANELA J03 - 250X182CM	UN	3,0000000	2.048,61	6.145,83
JANELA J04 - 250X317CM	UN	3,0000000	3.616,90	10.850,70
FECHAMENTO - FERRO BARRA CHATA (COMPLEMENTOS)	M2	8,0850000	714,62	5.777,70
RELOCAÇÃO DE FECHAMENTOS EM BARRA CHATA EXISTENTES	M2	40,2750000	55,46	2.233,65
RECOMPOSIÇÃO - PINTURA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS.	M2	31,4000000	15,72	493,60
RETIRADA DE ESQUADRIAS (TELAS, GUARDA-CORPO)	UN	45,6000000	37,59	1.714,10
TOTAL (ITEM 03):				39.830,25
TOTAL (GRUPO 01 E ITEM 03):				159.948,61
Fonte: Sinapi Sem Desoneração - ref. 10/2020				

1.4 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5 A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Global.

1.6 O contrato terá vigência pelo período de 06 (meses), podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Em dezembro de 2016, iniciou-se a construção do Alojamento Estudantil no terreno localizado na Avenida Tancredo Neves, nº 3147, onde existia a antiga moradia estudantil. O projeto do alojamento foi doado à UNILA, pela Itaipu, tendo sido idealizado pelo escritório PJJ Malucelli Arquitetura e Construções Ltda. Após a paralisação da primeira etapa da obra, início da segunda etapa, e continuidade do remanescente da primeira etapa, a obra do alojamento foi finalizada em março de 2020.

2.2 Alinhado a necessidade de consolidação de infraestrutura própria, foi desenvolvido o Plano Inicial de Edificações, que consiste na proposta de implantação de novos edifícios no mesmo terreno do Alojamento Estudantil, matrícula nº 88.748, localizado na Av. Tancredo Neves, 3147.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

2.3 Tal Plano foi submetido à apreciação do CONSUN – Conselho Superior da UNILA, processo administrativo 23422.007208/2019-02, e aprovado com a indicação da necessidade de construção, dentre outras, da edificação denominada Edifício Multiúso, com uso didático, e Edifício Almox-Arquivo que abrigará o almoxarifado e arquivo institucional.

2.4 Em dezembro de 2019, assinou-se a Ordem de Serviço para a construção do Bloco de Aulas, que constitui parte do Edifício Multiúso. Neste momento, inicia-se a construção do então chamado Campus Integração.

2.5 À medida que estas novas ocupações foram sendo planejadas e com a finalização das obras e início da utilização do Alojamento Estudantil, constatou-se serem imprescindíveis complementações estruturais às edificações existentes e em seu entorno, para melhorar e facilitar a manutenção dos ambientes, a segurança patrimonial e também daqueles que farão uso dos espaços.

2.6 Quanto às premências recentes de infraestrutura para Blocos de Alojamento:

2.6.1 Os Blocos de Alojamientos, por estarem locados próximos do acesso principal ao campus e serem rota de passagem para os demais edifícios em construção e previstos, passaram a possuir certa fragilidade de segurança e privacidade. Em função disso, primando pelo conforto, segurança e preservando a intimidade dos moradores, propôs-se um gradil de fechamento nas laterais, cujas janelas ficam expostas. Com essa medida pretende-se facilitar a gestão do espaço e evitar possíveis transtornos, como a subtração indevida de pertences e a invasão de privacidade dos residentes, principalmente do andar térreo.

2.6.2 As escadas dos Blocos de Alojamento e seus halls de acesso possuem aberturas para o exterior, o que permite ventilação constante desses ambientes. No entanto, ao observar a estrutura em dias de temporais, com chuvas e ventos fortes, identificamos que as escadas e os acessos ficam molhados, o que representa perigo para a transitabilidade dos alojados e danos às paredes e forro adjacentes. A solução proposta é de instalação de janelas com aberturas combinadas do tipo maxim-ar, vidros fixos e venezianas, não impedindo assim a ventilação do hall e circulações dos apartamentos.

2.7 Quanto às premências recentes de infraestrutura para o Centro de Convivência do Alojamento Estudantil:

2.7.1 O projeto do Centro de Convivência considerou que a ligação entre os ambientes seria feita por uma área central com estrutura de pergolado e através de um pátio de serviços, ambos com pavimentação em paver. Por essas circulações não apresentarem proteção contra a chuva, rapidamente identificou-se a dificuldade de trânsito das pessoas em certos dias e, em precipitações volumosas, verificou-se que a pavimentação desses locais não tem apresentado drenagem suficiente para escoar a água sem que ela adentre os ambientes. Como alternativa para melhorar o deslocamento protegido dos usuários e impedir esses danos causados pela água da chuva, propôs-se uma cobertura ao pergolado e ao pátio de serviços, em estrutura metálica e chapas de policarbonato, mantendo assim a luminosidade, porém, eliminando os transtornos no uso diário e prevenindo alagamentos.

2.8 Este processo tem como objetivo contratar empresa(s) especializada(s) no(s) ramo(s) de metalúrgica/serralheria e vidraçaria, com profissional(is) habilitado(s) e com conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

2.9 Diante do exposto, ressalta-se que as complementações estruturais objetos desse processo, são em função da utilização do terreno para implementação de outras demandas de infraestrutura da universidade, ratificadas pelo Plano Inicial de Edificações, processo administrativo 23422.007208/2019-02, e igualmente em função da identificação de possíveis melhorias na infraestrutura existente, com implementação viável, após o recebimento das obras e a utilização dos espaços.

2.10 Conforme postulado na Lei Complementar 123/2006, que trata do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte será observado neste certame, com a seguinte exceção:

2.10.1 Não haverá a aplicação do inciso III do art. 48, que determina que a Administradora deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

2.10.2 Entende-se que os serviços do Grupo 1 não são divisíveis, uma vez que objetivam atender a necessidade do serviço ao tipo de fornecedor. A divisão potencializa os riscos de não atender plenamente a necessidade, bem como prejudicar a padronização necessária.

2.10.3 A possibilidade de afastamento está pautada na referida Lei Complementar, em seu art. 49, III: o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, bem como no art. 15, I da Lei. 8.666/93, que preconiza: atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, abrange a contratação de empresa(s) especializada(s) na fabricação e instalação de gradis e portões em malha de aço galvanizado, para proteção externa dos dormitórios, nos Blocos de Alojamentos A, B e E; cobertura em estrutura metálica com calhas e telhamento em chapas de polycarbonato alveolar a serem instaladas sobre o pergolado e pátio de serviços do Centro de Convivência e esquadrias em alumínio para fechamento das circulações das escadas nos Blocos de Alojamentos A, B e E, todas edificações que compõem o complexo do Alojamento Estudantil, situado no Campus Integração da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, localizado na Avenida Tancredo Neves, 3147, Bairro Porto Belo, cidade de Foz do Iguaçu.

4 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro

Página 5 de 30



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Para que os serviços sejam contratados e corretamente prestados, deverão ser observados todos os documentos constantes do processo da contratação, tais como Especificações Técnicas e Projetos, a fim de atender a todos os requisitos exigidos.

5.1.2 A empresa vencedora deverá conferir as medidas in loco antes da fabricação dos gradis, esquadrias e cobertura, a fim de ajustá-los perfeitamente ao espaço existente.

5.1.3 A conferência das medidas in loco deverá ser acompanhada pelos fiscais do contrato, a fim de averiguar o alinhamento projetual à concepção arquitetônica inicial e às normas técnicas pertinentes.

5.1.4 O fornecedor deverá atender aos prazos estabelecidos na contratação dos serviços.

5.1.5 Os recursos materiais, humanos, serviços correlatos, responsabilidades logísticas, administrativas, contratuais, trabalhistas e de segurança e proteção individual durante a execução são, também, de inteira responsabilidade do proponente vencedor.

5.2 Declaração do contratado de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.2.1 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.

6 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 14h30min às 17:30min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: <secic@unila.edu.br>

6.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

6.3 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.4 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O prazo de entrega dos serviços é de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço, nas dependências do Alojamento Estudantil, situado no Campus Integração da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, localizado na Avenida Tancredo Neves, 3147, Bairro Porto Belo, cidade de Foz do Iguaçu.

7.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste projeto básico.

7.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais entregues, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5 O fornecimento será do total das Ordens de Serviços, conforme a necessidade e disponibilidade financeira da Contratante, pelo período de 06 (seis) meses.

7.6 A execução dos serviços será iniciada em até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, conforme combinado entre as partes.

7.6.1 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incube a Contratada, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 A gestão do contrato ocorrerá por membros da equipe de fiscalização especialmente designados para esse fim.

8.2 Após a assinatura do contrato, ocorrerá uma reunião inicial que definirá os mecanismos de comunicação entre a Contratada e a equipe de fiscalização.

8.3 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.3.1 Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, e Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; e,

8.3.2 As especificações técnicas, os desenhos e os projetos adicionais deverão ser seguidos rigorosamente durante a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

8.4 A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços após a emissão da Ordem de Serviço, que será emitida após a assinatura do contrato.

8.5 Os serviços executados que não tenham sido autorizados serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo a CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

8.6 Os serviços, conforme solicitado, deverão ser entregues em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos após a confirmação do recebimento da Ordem de Serviço.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

9.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.11 Exigir da Contratada que providencie a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

10.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8 Comunicar a Fiscalização do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.11 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.13 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

10.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.15 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.18 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.22 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.23 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

10.24 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

10.25 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

10.26 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

10.27 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.28 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

10.29 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.30 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

10.31 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.32 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.33 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as posteriores alterações, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.33.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

10.33.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.33.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

10.33.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

10.33.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

10.33.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.33.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

10.33.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.34 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.34.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

10.34.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

10.34.3 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

10.35 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

10.36 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

10.37 Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

11 DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

13.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

13.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.9 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.10 A fiscalização técnica deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.11 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.12 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.13 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.14 A fiscalização técnica poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

14.1.1 Ao final da execução contratual, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

14.1.2 O serviço será considerado efetivamente concluído quando os serviços previstos, estiverem executados em sua totalidade.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

14.2 O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.2.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio da equipe de fiscalização técnica competente, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.2.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final dos serviços, a equipe de fiscalização do contrato avaliará a execução do objeto e registrará em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.2.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.2.1.3 A aprovação da medição apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

14.2.2 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.2.2.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.2.2.1.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.3 No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.3.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.3.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.3.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato confirmado pela fiscalização.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

14.3.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.3.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15 DO PAGAMENTO

15.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

15.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico

15.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.4.1 o prazo de validade;

15.4.2 a data da emissão;

15.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

15.4.4 o período de prestação dos serviços;

15.4.5 o valor a pagar; e

15.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

15.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.6.1 não produziu os resultados acordados;

15.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

15.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------------	--

16 DO REAJUSTE

16.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC - Índice Nacional de Custo de Construção, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8 O reajuste será realizado por apostilamento.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

17 GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

17.2 Considerando que os estudos preliminares e a análise de riscos feita para a contratação demonstram um nível baixo de risco, o que justifica a não exigência de garantia.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

18.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3 fraudar na execução do contrato;

18.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

18.1.5 cometer fraude fiscal.

18.1.6 Não mantiver a proposta.

18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2 Multa de:

18.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

18.2.2.5 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

18.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Projeto Básico.

18.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3 As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

18.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

18.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessário à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

19.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

19.3 Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

19.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

19.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

20 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

20.1 O custo total da contratação é de **R\$ 159.948,61** (Cento e cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e um centavos).

21 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

PTRes 189831 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Plano de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0041

Elemento de despesa: 44.90.51 – Obras e Instalações

Fonte: 8144000000

PI: MVINCG0100N – Créditos Vinculados

Foz do Iguaçu, 02 de dezembro de 2020.

Elaboradores:

Francieli Butske
Arquiteta e Urbanista
SIAPE: 2172428

Clarissa Buss
Arquiteta e Urbanista
SIAPE: 2149970

João Batista Durgante Colpo
Engenheiro Civil
SIAPE: 2147226

Aprovador:

Aref Kalilo Lima Kzam
Secretário de Implantação do Campus
SIAPE: 2086727



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

ANEXO I

Nº	Descrição	Aprovação	Data
REVISÕES		UNILA	
Elab. Arq. Francieli Butske CAU A49220-5	Verif. Arq. Clarissa Buss CAU A42428-5	Aprov. Aref Kalilo Lima Kzam SIAPE 2088727	Data: AGOSTO/2020
DPP - Departamento de Projetos e Planejamento SECIC – Secretaria de Implantação do Campus	Descrição PROJETO ARQUITETÔNICO EXECUTIVO CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GRADIS, ESQUADRIAS E COBERTURA EM POLICARBONATO ALOJAMENTO ESTUDANTIL		
	Referência Avenida Tancredo Neves, 3147		ARQ
	Identificador AT.06.UNL.ET.ARQ.1000		R0



**Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC**

SUMÁRIO

Índice

<u>1. DOS SERVIÇOS.....</u>	<u>3</u>
<u>2. DO PROJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....</u>	<u>4</u>
<u>2.1 Gradis Metálicos em Malha.....</u>	<u>4</u>
<u>2.2 Esquadrias em Alumínio.....</u>	<u>4</u>
<u>2.3 Cobertura em estrutura metálica e telhamento em chapa de policarbonato.....</u>	<u>5</u>
<u>3. RESPONSÁVEL PELO PROJETO E ESPECIFICAÇÕES.....</u>	<u>5</u>
<u>4. ANEXOS.....</u>	<u>6</u>



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

1. DOS SERVIÇOS

Os serviços propostos, serão compostos pelos seguintes itens a executar:

1.1 Gradis de proteção aos Blocos de Alojamentos A, B e E:

- a.** Fabricação e instalação de Gradil em aço, com painéis em malha, parafusados nos postes de sustentação, e portões de girar, atendendo as dimensões constantes em projeto.
- b.** Retirada de paver e abertura de valas para a instalação do gradil no Bloco B;
- c.** Abertura de valas para a instalação do gradil nos Blocos A e E;
- d.** Chumbamento dos postes de sustentação do gradil;
- e.** Pintura Eletrostática dos postes de sustentação, na cor Branco.

1.1 Esquadrias de alumínio para fechamento das escadas - Blocos de Alojamentos A, B e E:

- a.** Fabricação e instalação das janelas em perfis de alumínio;
- b.** Retirada de estrutura de fechamento em ferro barra chata, e reconstituição de altura, para reposicionamento dos elementos.
- c.** Retirada de guarda-corpo em ferro tubular;
- d.** Instalação das janelas;
- e.** Repintura de paredes e laje.

1.1 Cobertura do Pergolado e pátio de serviços do Centro de Convivência:

- a.** Fabricação e Instalação de estrutura metálica em aço galvanizado tubular 3/4", com fechamento em chapa de policarbonato alveolar cristal, com provimento de calhas em ambas laterais da cobertura, e acabamento em pintura eletrostática da estrutura metálica na cor branco (conforme projeto arquitetônico).
- b.** Instalação de tubos de quedas PVC 100 mm, nas calhas, para escoamento da água pluvial, conforme detalhado em projeto.

Para todos os serviços, deverão ser realizados os serviços de limpeza, mobilização e desmobilização de materiais. Serviços que demandam aplicação de solda, deverão ser devidamente executados, considerando a proteção de pisos.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

2. DO PROJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 Gradis Metálicos em Malha

Deverão ser fabricados em estrutura de aço e tela pré-fabricada, em malha 50x200mm e diâmetro do arame de 5 mm. Com modulação de 2,50 m e 2,03 m de altura, reforçados com aço e pintura eletrostática em poliéster na cor branca, conformados em curvaturas “V”. A Seção dos postes de sustentação deverá ser 70x70mm, espessura 1,55 mm, fornecidos em kits completos (painéis + postes + acessórios de fixação). Os postes deverão ter sua base chumbada (para concretagem).

Para cada edificação, deverá ser instalado no gradil, dois portões (conforme projeto), contendo uma folha de girar, nas dimensões 80x203, perfis retangulares 5x3,5cm, dobradiças e fechadura completa. Deverá receber pintura eletrostática na cor branca.

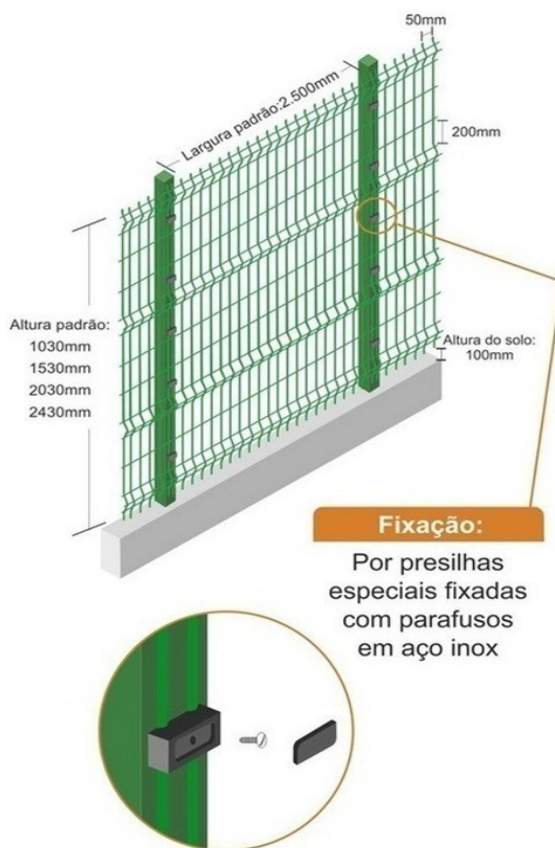


Figura 1 Modelo de Malha em Gradil a ser utilizada na fabricação

2.2 Esquadrias em Alumínio



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

As janelas deverão ser fabricadas em perfis de liga de alumínio extrudado, apropriado para anodização, com espessura de 20 mm, 25 mm ou 32 mm, dependendo das dimensões da esquadria e recomendações do fabricante, das linhas Inova, Master ou Gold da marca da “ALCOA”, ou similar equivalente, com pintura eletrostática na cor branca.

No guarda-corpo dos patamares das escadas, atualmente consta instalada uma estrutura em ferro barra chata de 2”x1/4” que deverão ser retiradas para a instalação das esquadrias. Estas estruturas devem ser reposicionadas conforme indicado em projeto, e serem complementadas para vencer a altura do novo local de fixação. Como acabamento, deverão receber pintura esmalte sintético na cor grafite.

Os guarda-corpos existentes deverão ser removidos.

Na retirada dos elementos em ferro e instalação das esquadrias, poderão ocorrer danos na pintura de paredes e laje, que deverão ser corrigidos.

2.3 Cobertura em estrutura metálica e telhamento em chapa de policarbonato

As estruturas das coberturas deverão ser fabricadas em arco duplo, com tubos de aço galvanizado 3/4”, com fechamento em chapa de policarbonato alveolar cristal 2,10x6,00m de espessura 6 mm e comprimento de 6,00 m, com provimento de calhas em ambas laterais da cobertura, tubos PVC 100 mm de diâmetro para escoamento da água das calhas. A estrutura metálica deverá ter acabamento em pintura eletrostática na cor branca.

As chapas de Policarbonato Alveolar deverão ter garantia mínima de 10 anos contra amarelecimento, perda de transmissão de luz e perda de resistência e conter tratamento anti-UV em um dos lados da chapa.

3. RESPONSÁVEL PELO PROJETO E ESPECIFICAÇÕES

Francieli Butske
Arquiteta e Urbanista
CAU A49220-5



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Secretaria de Implantação do Campus – SECIC

4. PROJETOS

Pranchas Projeto Arquitetônico e Detalhamentos

AT.06.UNL.PE.ARQ.0001_R0: Gradis de Fechamento Blocos A, B e E.

AT.06.UNL.PE.ARQ.0002_R0: Esquadrias em alumínio para Fechamento das Escadas – Blocos A, B e E.

AT.10.UNL.PE.ARQ.0001_R0: Coberturas em Policarbonato.

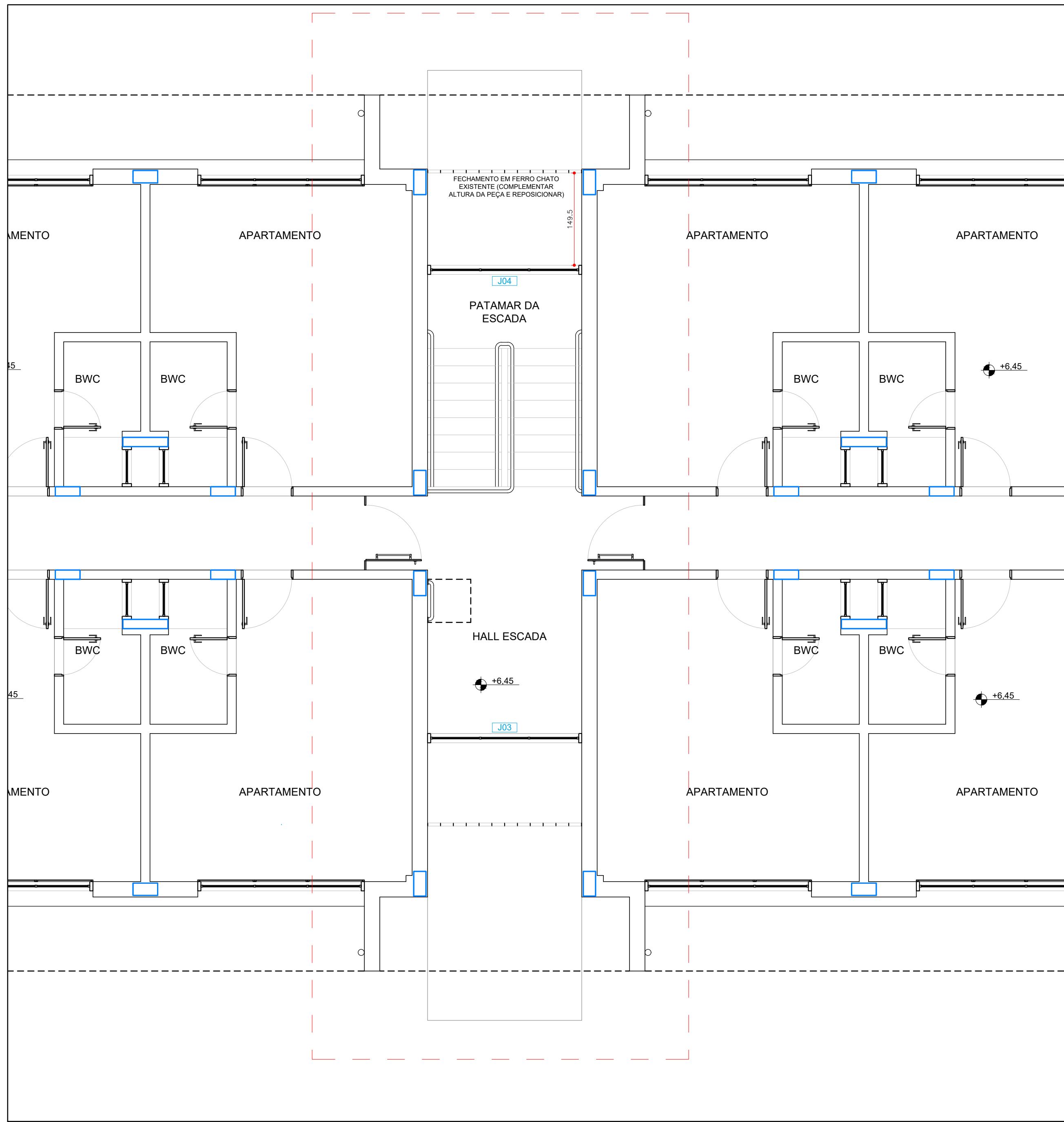


Nº	DIMENSÃO	QUANTIDADE	MATERIAL	LOCALIZAÇÃO
GM	250 x 203 P=5	BLOCO A = 32,40m BLOCO B = 32,18m BLOCO E = 30,40m	POSTES EM AÇO GALVANIZADO 7x7cm C/ PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA E PAINEL EM MALHA DE AÇO GALVANIZADO (H=203/20x5 cm) E PONTAS SAÍENTES (33cm) C/ PINTURA ELETROSTÁTICA EM POLIÉSTER NA COR BRANCA	FECHAMENTO BLOCOS A, B e E

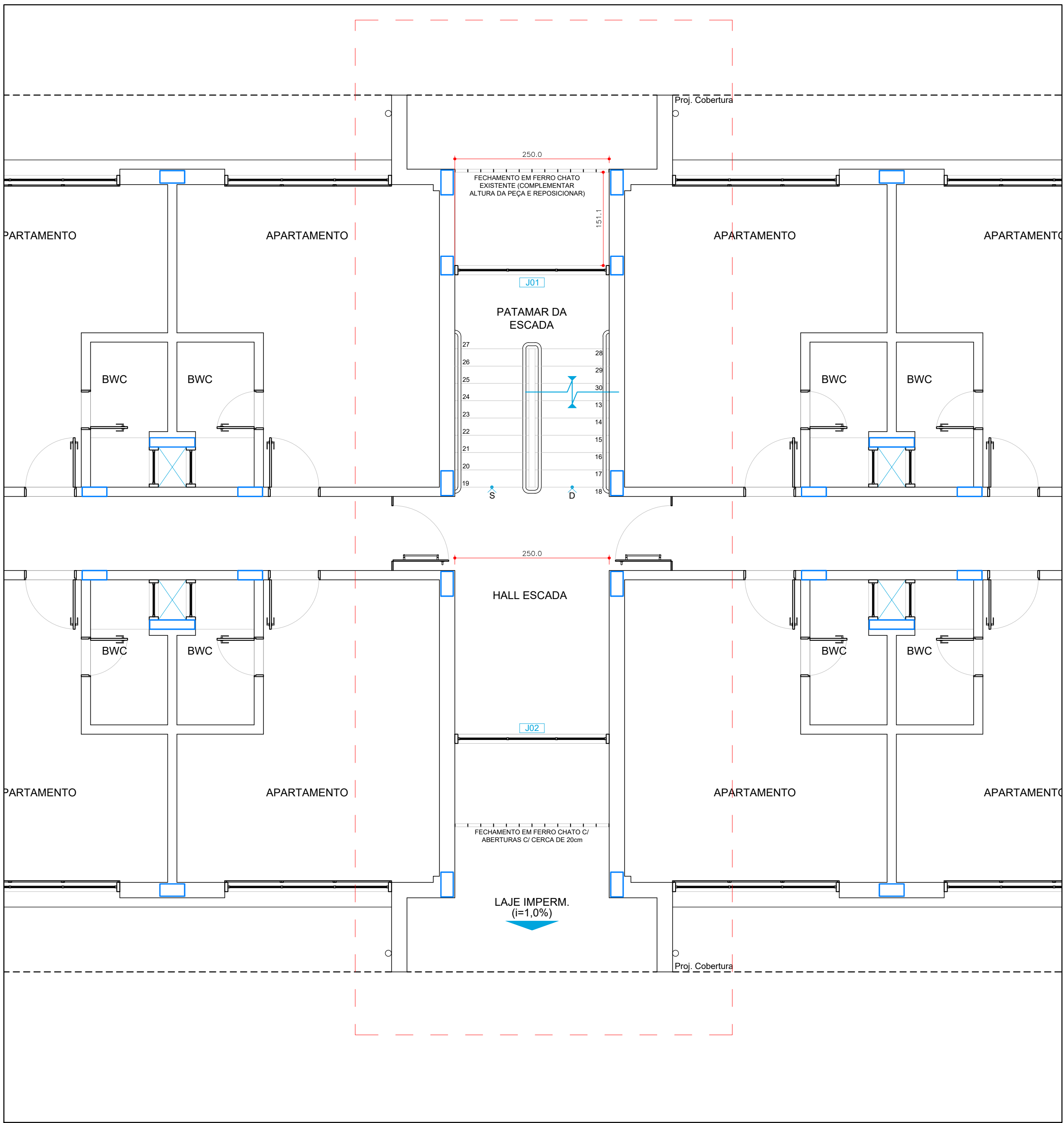
The technical drawing illustrates the installation details for the fence system. The plan view shows a maximum post spacing of 2.50m and a variable total length. The side elevation shows the profile of the galvanized steel post (H=208cm, 7x7cm) and the welded mesh panel (H=203cm, 20x5cm). The mesh panel has electrostatic paint in white polyester. Key dimensions include the post height of 208.0cm, the mesh height of 203.0cm, and other structural heights of 76.0cm and 25.0cm. Fixed points are indicated where the fence meets the ground or existing structures.

DETALHAMENTO GRADIL E PORTÕES
ESC. 1/20

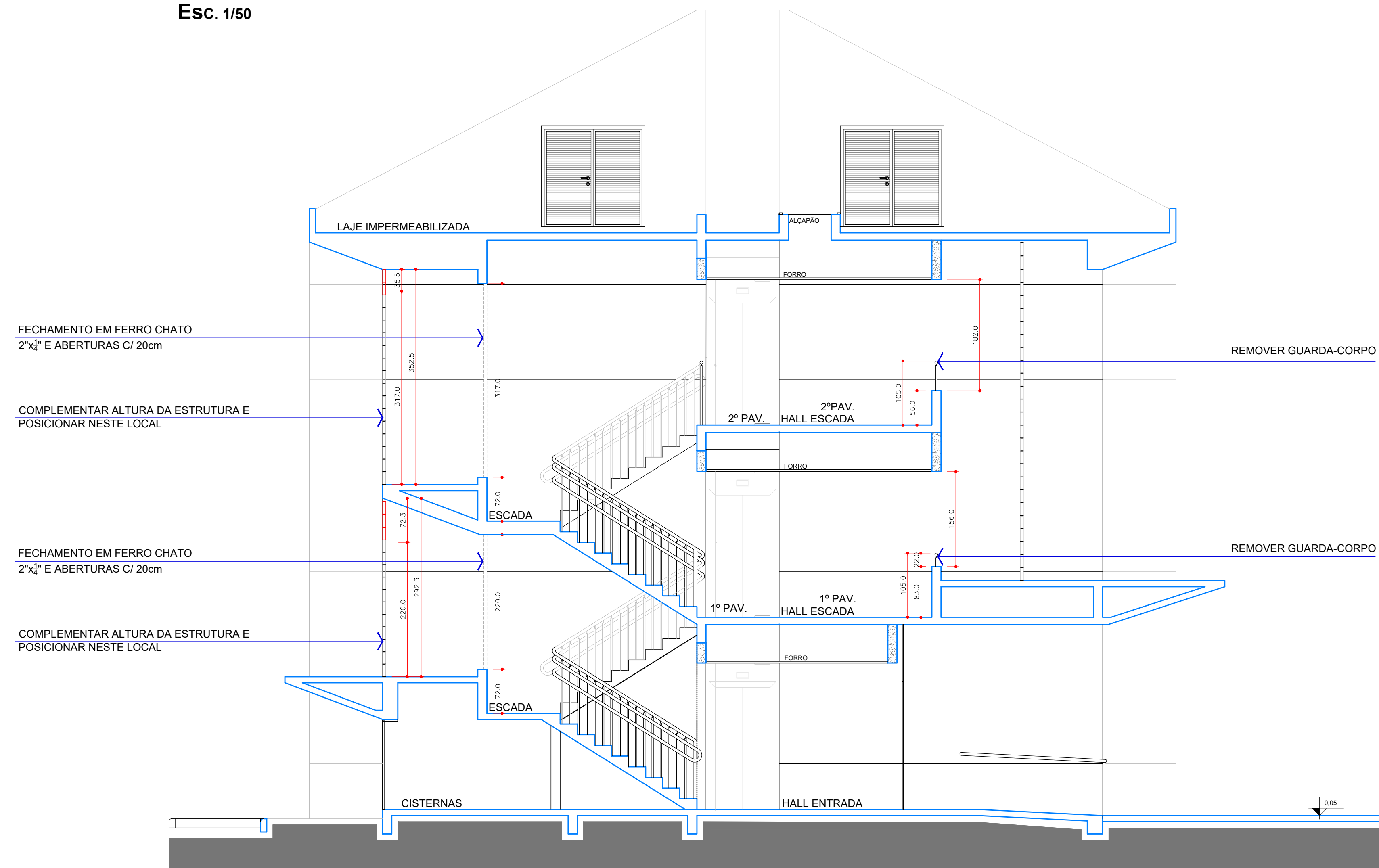
Nº		REVISÕES		UNILA		Data	
Propriedade: UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (CNPJ - 11.906.27/0001-03)		Resp. Técnico Projeto de Implantação: UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (CPF - 11.906.27/0001-03)		UNILA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (CNPJ - 11.906.27/0001-03)		Ass. Francisca Nunes CAU ARQ220-5	
Resp. Técnico Projeto Arquitetônico Ass. Francisca Nunes CAU ARQ220-5		Responsável pela Execução:					
Escala: INDICADA		Data: JULHO/2020					
		Descrição PROJETO ARQUITETÔNICO ALOJAMENTO ESTUDANTIL GRADIS DE FECHAMENTO BLOCOS A, B e E					
SECC - Secretaria de Implantação do Campus Coordenadora de Projetos e Planejamento		Localização Torreiro Av. Tancredo Neves, Nº 3147 UF 06, UNL, PE, ARQ 0001					
		Identificador AT 06, UNL, PE, ARQ 0001					
						ARQ	
						RO	
						Fi	
						01/02	



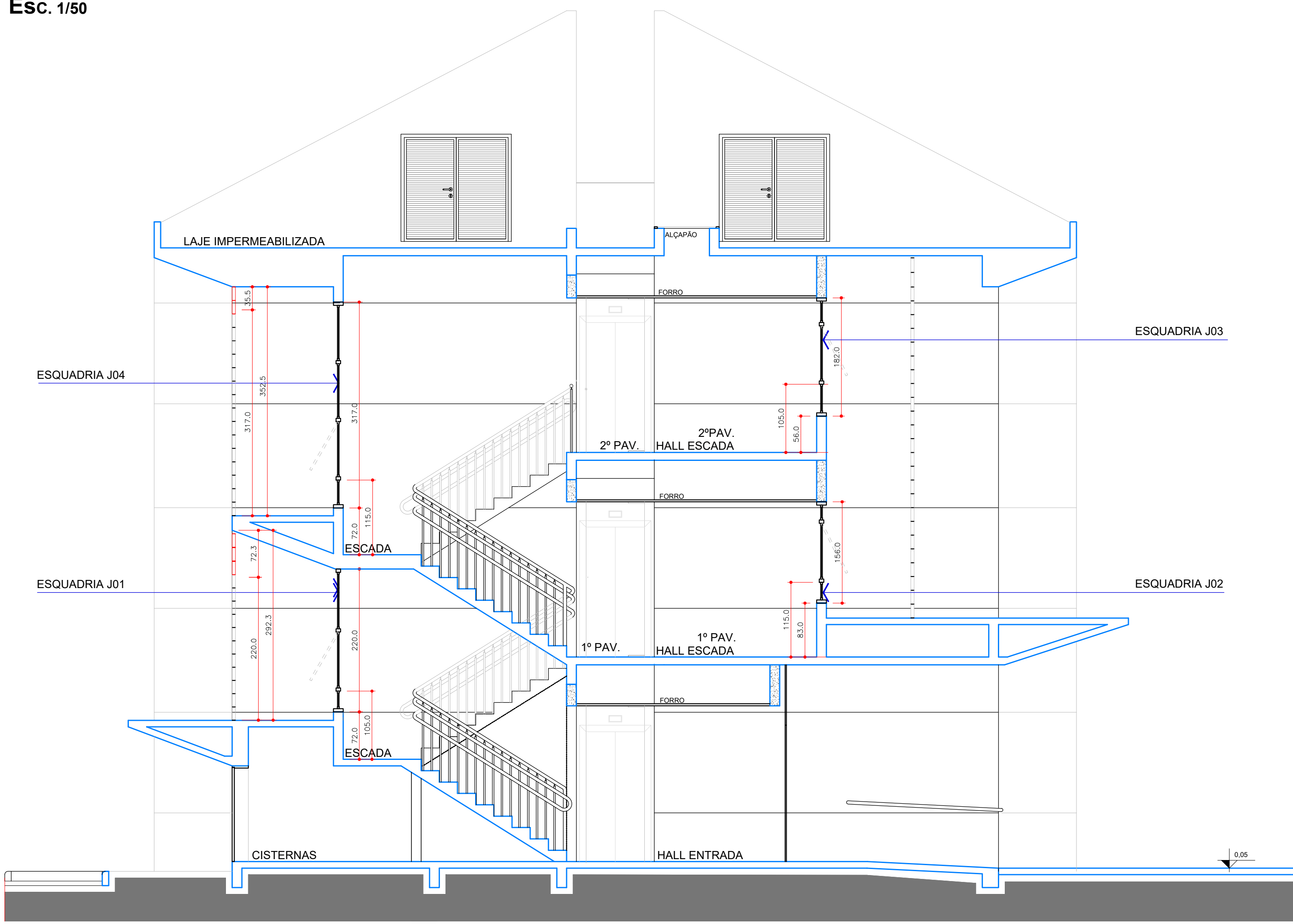
2º PAVIMENTO BLOCOS DE APARTAMENTOS A, B e E
Esc. 1/50



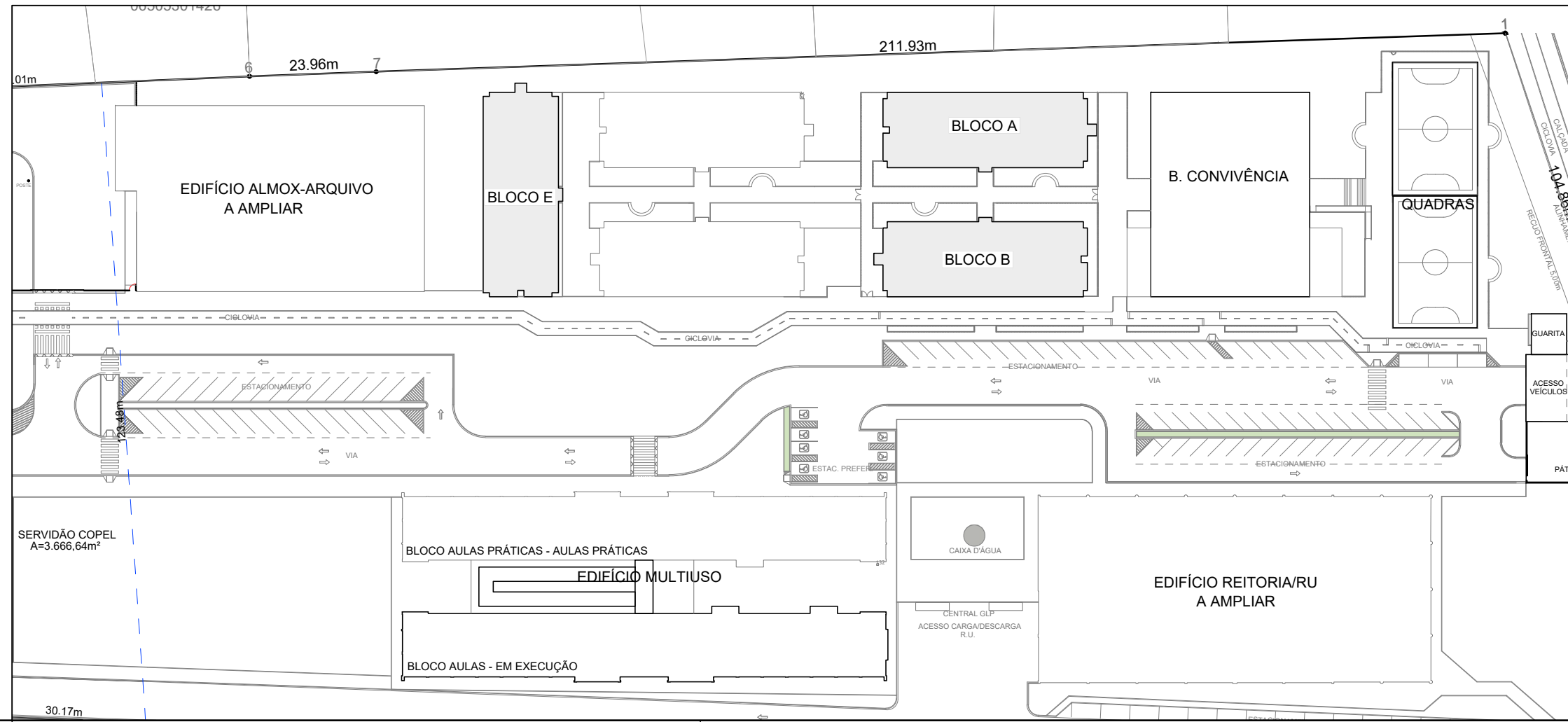
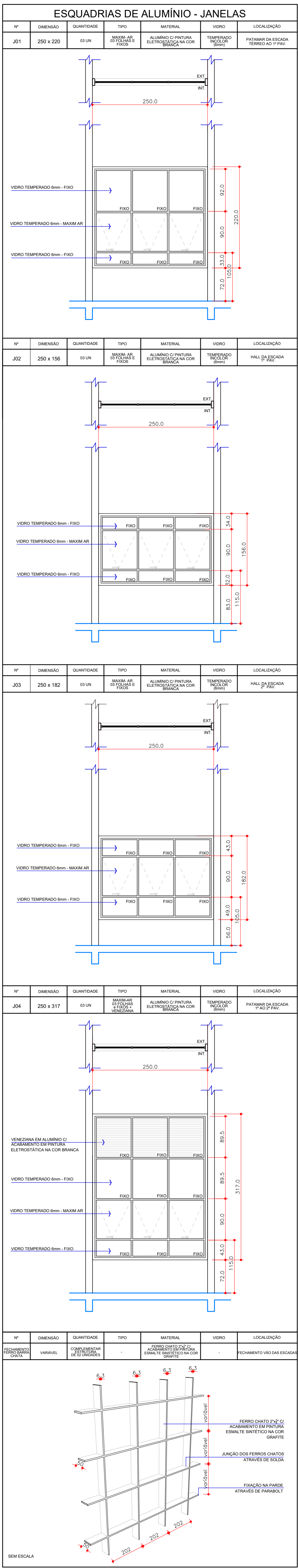
1º PAVIMENTO BLOCOS DE APARTAMENTOS A, B e E
Esc. 1/50



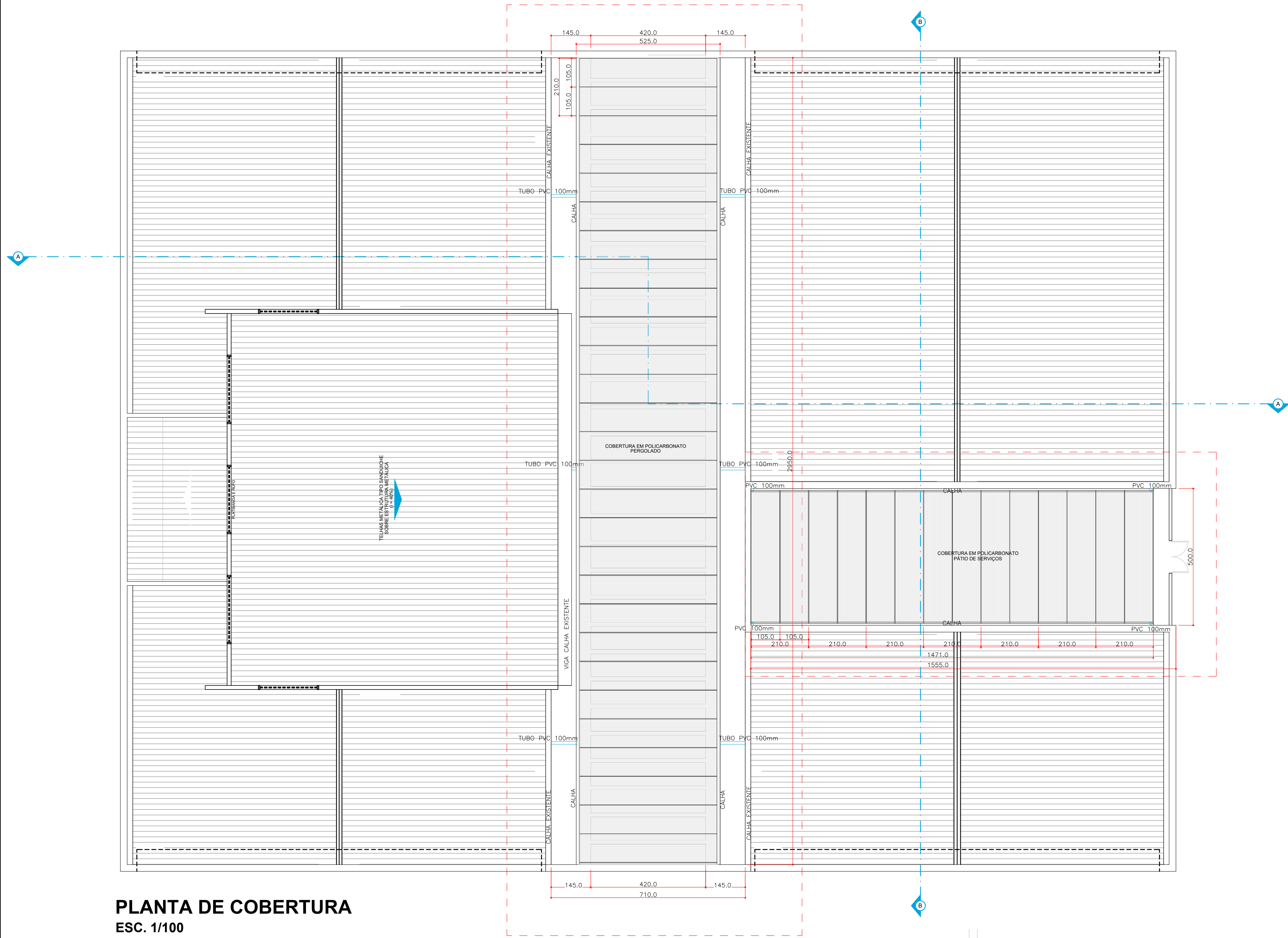
PLANTA - SERVIÇOS DE RETIRADAS PARA INSTALAÇÃO DAS ESQUADRIAS
BLOCOS A, B e E
Esc. 1/50



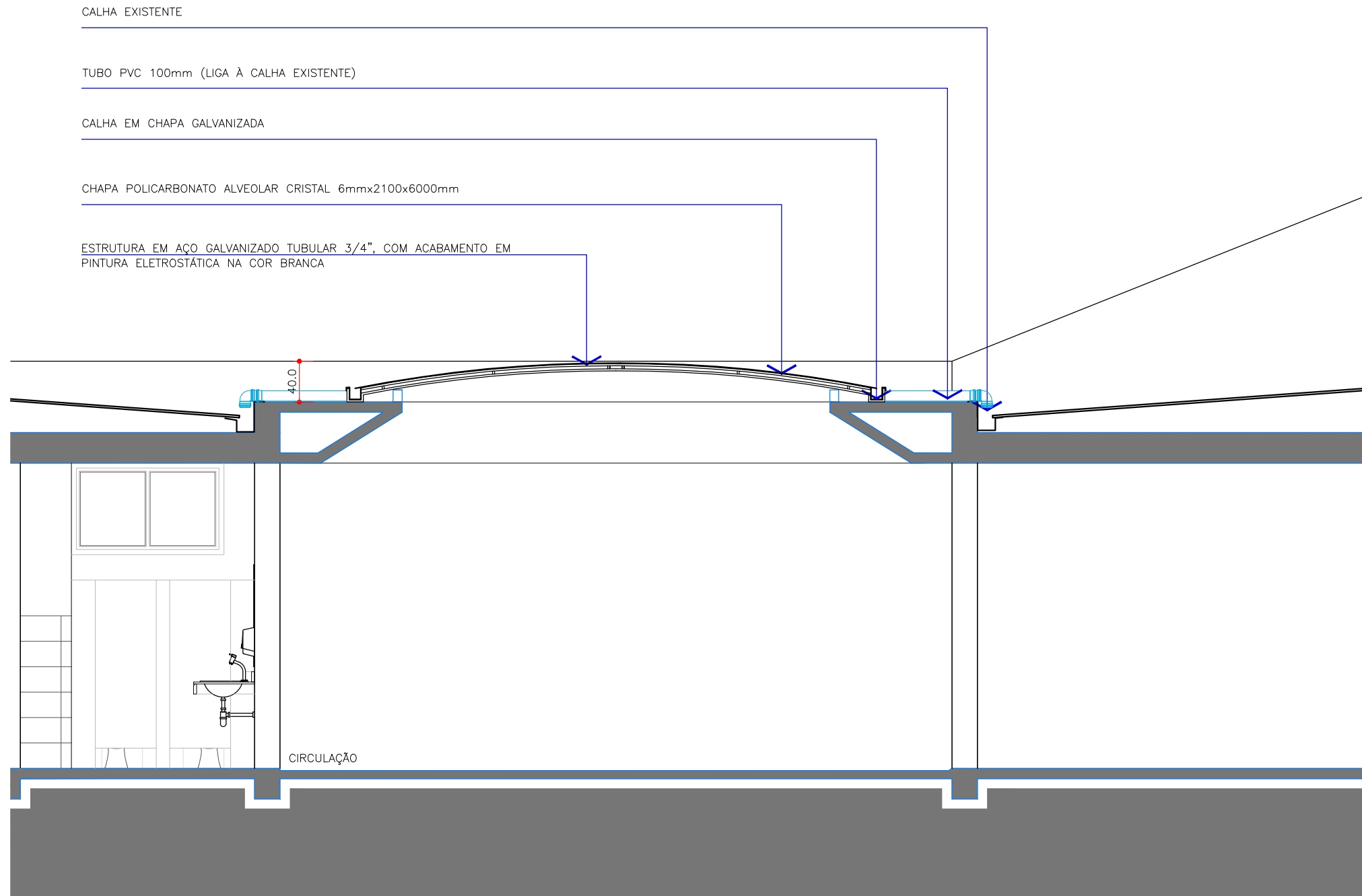
PLANTA - LOCAÇÃO DAS ESQUADRIAS
BLOCOS A, B e E
Esc. 1/50



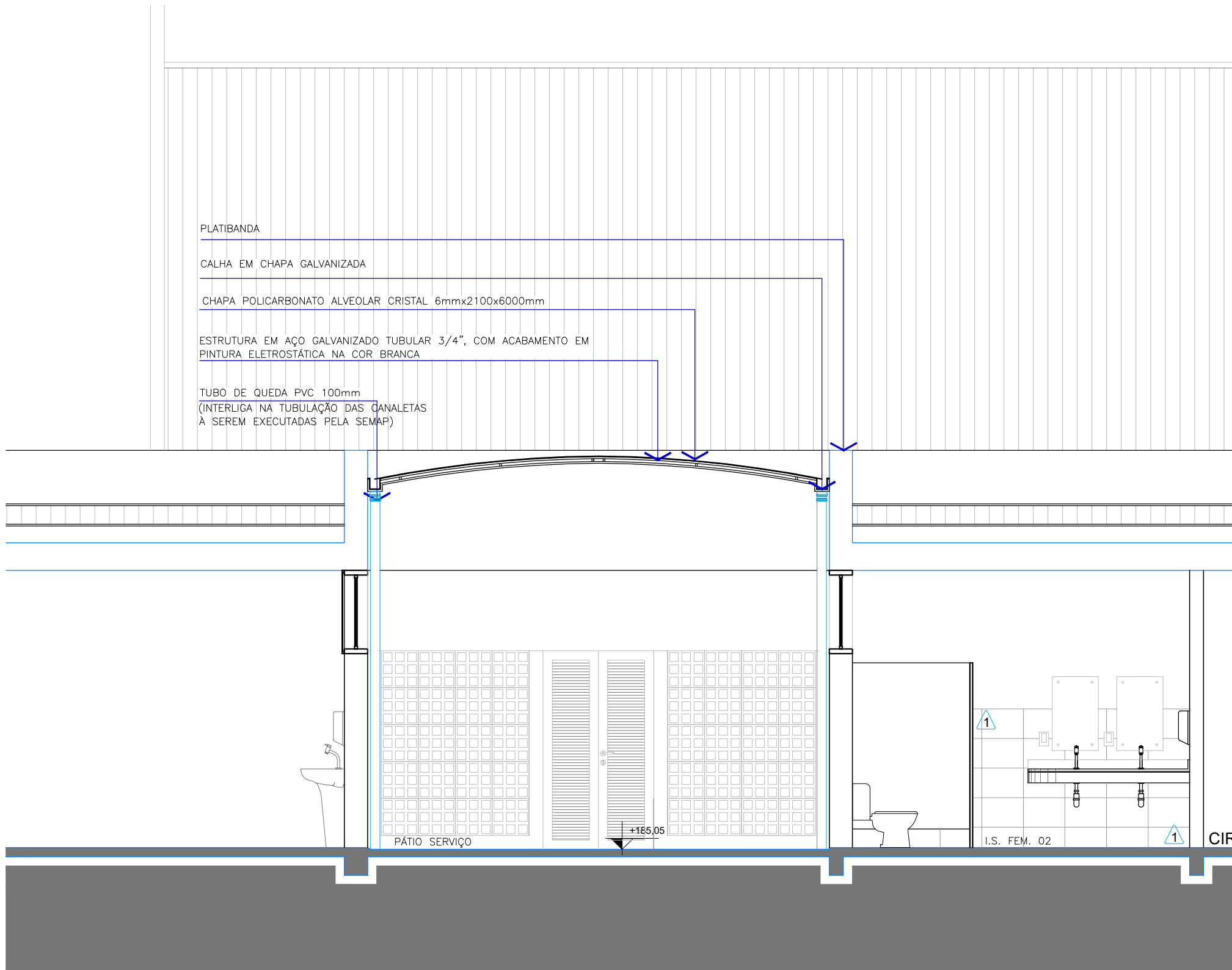
Nº	Descrição	REVISÕES	UNILA	Data
01	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	01	UNILA	02/02
02	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	02	UNILA	02/02
03	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	03	UNILA	02/02
04	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	04	UNILA	02/02
05	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	05	UNILA	02/02
06	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	06	UNILA	02/02
07	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	07	UNILA	02/02
08	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	08	UNILA	02/02
09	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	09	UNILA	02/02
10	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	10	UNILA	02/02
11	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	11	UNILA	02/02
12	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	12	UNILA	02/02
13	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	13	UNILA	02/02
14	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	14	UNILA	02/02
15	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	15	UNILA	02/02
16	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	16	UNILA	02/02
17	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	17	UNILA	02/02
18	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	18	UNILA	02/02
19	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	19	UNILA	02/02
20	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	20	UNILA	02/02
21	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	21	UNILA	02/02
22	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	22	UNILA	02/02
23	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	23	UNILA	02/02
24	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	24	UNILA	02/02
25	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	25	UNILA	02/02
26	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	26	UNILA	02/02
27	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	27	UNILA	02/02
28	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	28	UNILA	02/02
29	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	29	UNILA	02/02
30	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	30	UNILA	02/02
31	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	31	UNILA	02/02
32	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	32	UNILA	02/02
33	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	33	UNILA	02/02
34	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	34	UNILA	02/02
35	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	35	UNILA	02/02
36	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	36	UNILA	02/02
37	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	37	UNILA	02/02
38	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	38	UNILA	02/02
39	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	39	UNILA	02/02
40	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	40	UNILA	02/02
41	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	41	UNILA	02/02
42	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	42	UNILA	02/02
43	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	43	UNILA	02/02
44	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	44	UNILA	02/02
45	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	45	UNILA	02/02
46	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	46	UNILA	02/02
47	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	47	UNILA	02/02
48	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	48	UNILA	02/02
49	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	49	UNILA	02/02
50	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	50	UNILA	02/02
51	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	51	UNILA	02/02
52	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	52	UNILA	02/02
53	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	53	UNILA	02/02
54	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	54	UNILA	02/02
55	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	55	UNILA	02/02
56	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	56	UNILA	02/02
57	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	57	UNILA	02/02
58	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	58	UNILA	02/02
59	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	59	UNILA	02/02
60	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	60	UNILA	02/02
61	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	61	UNILA	02/02
62	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	62	UNILA	02/02
63	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	63	UNILA	02/02
64	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	64	UNILA	02/02
65	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	65	UNILA	02/02
66	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	66	UNILA	02/02
67	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	67	UNILA	02/02
68	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	68	UNILA	02/02
69	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	69	UNILA	02/02
70	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	70	UNILA	02/02
71	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	71	UNILA	02/02
72	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	72	UNILA	02/02
73	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	73	UNILA	02/02
74	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	74	UNILA	02/02
75	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	75	UNILA	02/02
76	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	76	UNILA	02/02
77	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	77	UNILA	02/02
78	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	78	UNILA	02/02
79	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	79	UNILA	02/02
80	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	80	UNILA	02/02
81	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	81	UNILA	02/02
82	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	82	UNILA	02/02
83	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	83	UNILA	02/02
84	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	84	UNILA	02/02
85	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	85	UNILA	02/02
86	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	86	UNILA	02/02
87	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	87	UNILA	02/02
88	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	88	UNILA	02/02
89	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	89	UNILA	02/02
90	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	90	UNILA	02/02
91	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	91	UNILA	02/02
92	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	92	UNILA	02/02
93	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	93	UNILA	02/02
94	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	94	UNILA	02/02
95	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	95	UNILA	02/02
96	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	96	UNILA	02/02
97	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	97	UNILA	02/02
98	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	98	UNILA	02/02
99	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	99	UNILA	02/02
100	PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO	100	UNILA	02/02



PLANTA DE COBERTURA
ESC. 1/100



CORTE A-A
ESC. 1/50



CORTE B-B
ESC. 1/50

Nº	Descrição	REVISÕES	UNILA	Data
Proprietário:	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	Resp. Técnico Projeto de Implantação:	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	
CHP-3 - 11.806.279/0001-33		CHP-3 - 11.806.279/0001-33		
Resp. Técnico Projeto Arquitetônico	Arq. Francieli Butske	CAU A49220-5	Arq. Francieli Butske	CAU A49220-5
Escala:	INDICADA	Data:	JULHO/2020	
SEIC - Secretaria de Implantação do Campus	Localização	Projeto Arquitetônico	Projeto Arquitetônico	
CPP - Coordenadoria de Projetos e Planejamento	Terreno Av. Tancredo Neves, Nº 3147	Identificador	AT.10.UNL.PE.ARQ.0001	
		Fl.	01/01	



Emitido em 02/12/2020

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13/2020 - SECIC (10.01.05.27)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 02/12/2020 15:05)

AREF KALILO LIMA KZAM

SECRETARIO

2086727

(Assinado eletronicamente em 02/12/2020 13:08)

CLARISSA BUSS

CHEFE DE DEPARTAMENTO

2149970

(Assinado eletronicamente em 03/12/2020 00:02)

JOAO BATISTA DURGANTE COLPO

ENGENHEIRO-AREA

2147226

(Assinado eletronicamente em 02/12/2020 13:50)

FRANCIELI BUTSKE

ARQUITETO E URBANISTA

2172428

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.unila.edu.br/public/documentos> informando seu número: **13**, ano: **2020**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **02/12/2020** e o código de verificação: **af14f9b362**